

Equipamento para deficientes pode ter isenção

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto que concede isenção de imposto sobre Produtos Industrializados e de imposto de importação a equipamentos e material educativo para deficientes físicos. Outra proposta aprovada, de autoria do senador Lúdio Coelho, institui seguro mínimo de R\$ 10 mil contra acidentes sofridos por peões de rodeios. Página 6



Ao lado de Cabral, Requião e Kleinübing anunciam a descoberta dos depósitos em cheque

CPI descobre depósitos feitos por corretora em favor de secretário

Relator e sub-relator da comissão anunciam que valores correspondem à metade dos ganhos obtidos pela empresa, poucos dias antes, na venda de títulos para pagamento de precatórios

Stephanes e Pires debatem previdência

O ministro da Previdência e Assistência Social, Reinhold Stephanes, e o ex-ministro Waldir Pires debateram na CCJ as propostas de mudança no sistema previdenciário. Enquanto Stephanes destacou que a reforma busca a justiça social, Pires disse que o orçamento não é respeitado.

Página 7

Simon, Josaphat e Dutra discutem a reeleição

Página 5

Relatório parcial fica pronto até final do mês

O relator da CPI dos Precatórios, senador Roberto Requião (PMDB-PR), anunciou quarta-feira que, nos próximos dias, os integrantes da comissão realizarão reuniões fechadas para elaborar um relatório que deverá estar pronto por volta de 25 a 30 de maio.

Depois de elaborado esse relatório, a CPI convidará governadores e prefeitos que emitiram títulos para pagamento de precatórios a virem se explicar perante a comissão. Exercido esse di-

reito ao contraditório, será, então, elaborado o relatório final, para o qual Roberto Requião acha que ainda precisará de mais um prazo extra.

- Temos uma gama enorme de documentos para examinar. Pretendo apresentar um relatório quase definitivo, ouvir governadores e prefeitos, e pedir um prazo de 30 a 40 dias para concluir meu trabalho. Farei tudo para encerrar o trabalho até o dia 6 de junho - disse Requião.

O relator e o sub-relator da CPI dos Precatórios, senadores Roberto Requião e Wilson Kleinübing, anunciaram quarta-feira a descoberta de dois depósitos bancários efetuados pela corretora Fator na conta que o secretário de Finanças do governo de Santa Catarina, Paulo Sérgio Prisco Paraíso, tem com sua mulher, Sandra Mara Prisco Paraíso, no Banco de Crédito Real. Os depósitos, totalizando R\$ 35.965,32, foram realizados em 31 de outubro de 1996 e em 1º de novembro do mesmo ano, e representam a metade do resultado obtido um pouco antes pela corretora com o negócio de títulos de Santa Catarina para pagamento de precatórios. Página 2

Secretário de SC recebeu cheques de corretora

Requião e Kleinübing informam que descobriram depósitos quando examinavam documentos enviados pelo Banco Central. "Não é uma acusação mas um pedido de explicação", afirma relator

Os senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Wilson Kleinübing (PFL-SC), relator e sub-relator da CPI dos Precatórios, anunciaram quarta-feira ter descoberto dois depósitos bancários feitos pela corretora Fator na conta que Paulo Sérgio Prisco Paraíso, secretário de Finanças do governo de Santa Catarina, tem com sua mulher, Sandra Mara Prisco Paraíso, no Banco de Crédito Real.

Prisco Paraíso era assessor do gabinete do governador quando, em 1996, Santa Catarina emitiu R\$ 601 milhões em títulos para pagar precatórios. Conforme o senador Kleinü-

bing, essa emissão beneficiou uma cadeia de corretoras e distribuidoras que levaram R\$ 80 milhões só nos deságios autorizados pelo governo. No caso do banco e da corretora Fator, seu resultado bruto na operação de Santa Catarina foi de R\$ 72,8 mil.

Os cheques depositados por essa corretora na conta de Paulo Prisco Paraíso e de sua mulher eram de R\$ 11.614,13, no dia 31 de outubro de 1996, e de R\$ 24.351,19, no dia 1º de novembro do mesmo ano, totalizando R\$ 35.965,32. Os títulos de Santa Catarina foram emitidos em 24 e 29 de outubro de 1996. "Se cada uma das

empresas que atuaram nessa corrente de compra e venda de papéis deu 50% do seu ganho para o órgão emissor, então foram mais de R\$ 40 milhões", surpreendeu-se Kleinübing.

A descoberta dos dois depósitos da corretora Fator deu-se na quarta-feira de manhã, quando os senadores começaram a fazer uma análise dos documentos recebidos do Banco Central. Conforme Kleinübing, essa conta do secretário de Finanças sempre apresenta poucos recursos, sendo os depósitos da corretora Fator a maior soma ali registrada. Alguns dias depois, conforme ele observou

nos extratos, o dinheiro foi aplicado num fundo de renda fixa e, posteriormente, gasto em turismo.

O relator da CPI, Roberto Requião, afirmou que a divulgação dessa informação "não é uma acusação, mas um pedido de explicação". Ele diz que não está descartada a hipótese de essa "ser mais uma grande coincidência daquelas com as quais a CPI está acostumada a lidar". O relator observou também que "Paulo Prisco Paraíso pode ter ganho esse dinheiro como pagamento por serviços prestados à corretora Fator durante as folgas como funcionário do governo".

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da ***PEC nº 4/97**, que permite reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos.

PREVISÃO PARA A PRÓXIMA SEMANA

PLENÁRIO

Segunda-feira (05.05.97)

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

Terça-feira (06.05.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: primeiro dia de discussão, em segundo turno, da ***PEC nº 1/95**, que trata das medidas provisórias; e discussão, em turno único, dos ***PDLs nºs 31, 32 e 33/97**, que aprovam a programação monetária de 1996.

Quarta-feira (07.05.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: segundo dia de discussão, em segundo turno, da ***PEC nº 1/95**, que trata das medidas provisórias; e discussão, em turno único, dos ***PDLs nºs 85/96**, que aprova as modificações introduzidas no Convênio Constitutivo e outros regulamentos básicos do BID; **14/97**, que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, para cooperação na área de Transportes, celebrado entre o Brasil e Cuba, em Havana, em 30.01.96; **27/97**, que aprova o texto do Acordo, por troca de Notas, relativo a um empréstimo japonês concedido aos estados de Santa Catarina, Paraná, Bahia e Ceará para Projetos Ambientais, celebrado entre o Brasil e o Japão, em Brasília, em 26.08.96; ***Mensagens nºs 54, 57 e 91**, que submetem à deliberação do Senado Federal a escólia de diplomatas.

Quinta-feira (08.05.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Terceiro e último dia de discussão em segundo turno da ***PEC nº 1/95**, que trata das medidas provisórias.

Sexta-feira (09.05.97)

9h - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

Terça-feira (06.05.97)

10h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Depoimento do diretor-superintendente da Empresa Brasileira de Estanho S.A. (Ebesa), Jairo Reis, e do presidente da Cooperativa dos Produtores e Garimpeiros de Ariquemes, Oscarino Lopes Filho. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

14h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Audiência pública, com a presença do ministro do Planejamento, Antônio Kandir, para esclarecimentos acerca do PL das diretrizes orçamentárias para 1998. *Plenário 02 do Anexo II da Câmara dos Deputados*

17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública com a participação do ministro do Trabalho, Paulo de Tarso Almeida Paiva, encerrando o ciclo de palestras e debates sobre o PLC nº 93/96, que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

Quarta-feira (07.05.97)

14h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLS nº 94/96 (terminativo)**, que regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; ***PLC nº 14/96 (não terminativo)**, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, e sua comercialização no país; ***PLC nº 63/96 (não terminativo)**, que dispõe sobre a transferência de recursos federais destinados aos programas de alimentação escolar e do livro didático e ao programa do leite; ***PLS nº 131/96 (terminativo)**, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais; e ***PLS nº 139/95 (terminativo)**, que dispõe sobre a concessão de desconto para os professores, em efetivo exercício na rede de ensino regular, público ou privado, nos valores dos ingressos em todas as casas que promovam eventos e espetáculos de natureza cultural. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa*

15h - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (representação brasileira)

Pauta: Apreciar o relatório do deputado Júlio Redecker ao PDL nº 19/97, que aprova o texto do Acordo, por troca de Notas, que incorpora os parágrafos 4, 5 e 6 ao artigo V do Acordo para a Construção da Ponte São Tomé e São Borja, celebrado entre o Brasil e a Argentina. *Plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados*

Quinta-feira (08.05.97)

10h - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (Representação brasileira)

Pauta: Audiência pública com a presença do ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, Francisco Domelles, sobre o Mercosul nas áreas pertinentes ao seu ministério. *Plenário 3 do Anexo II da Câmara dos Deputados*

Alcântara pede por reforma no Regimento

Antonio Carlos dá toda razão ao senador e apela ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Bernardo Cabral, para que coloque a matéria em discussão

Aprovada a rolagem da dívida de SC

O plenário do Senado aprovou quarta-feira projeto de resolução que autoriza o governo de Santa Catarina a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado, no valor total de R\$ 66.816.051,00, destinados à rolagem de 98% da dívida pública estadual que vencem neste primeiro semestre.

Em parecer apresentado em plenário, o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) explicou que a rolagem refere-se a títulos da dívida pública normal dos estados, periodicamente autorizada pelo Senado mediante parecer da Comissão de Assuntos Econômicos. No caso, o parecer favorável da CAE foi elaborado pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC).

Segundo Kleinübing, o relator da CAE, através de emenda, garantiu que o governo catarinense "não vai emitir nenhum título a mais" do que o necessário para o resgate dos títulos a vencer nesse semestre.

O senador Lauro Campos (PT-DF) votou contra, argumentando que, depois da CPI dos Precatórios, não tem mais certeza de que a emissão de novos títulos será de fato aplicada, única e exclusivamente, na rolagem da dívida pública estadual. Além disso, sugeriu que o Senado considere com mais atenção a taxa de rolagem de 86%, aconselhada pelo Banco Central.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) dirigiu quarta-feira um apelo ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para que este tome a si a tarefa de conduzir os trabalhos de modificação do Regimento Interno do Senado.

Relator da Comissão Temporária criada em 1995 para elaborar e apresentar projeto de resolução reformando o Regimento Interno, Alcântara solicitou que a proposta da comissão seja apreciada, "ou então que se examine se vale a pena fazer a reforma".



Lúcio Alcântara

Antonio Carlos Magalhães deu toda razão ao senador e apelou ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador

Bernardo Cabral (PFL-AM), para que ele coloque a matéria em discussão, "com distribuição ampla da proposta a todos os parlamentares".

O presidente do Senado adiantou, também, que se reunirá com os presidentes das comissões com o objetivo de fazer um levantamento das matérias com apreciação pendente, "para que os temas mais importantes sejam submetidos ao plenário".

- Elas não podem ficar dormindo nas comissões - disse.



Antonio Carlos anuncia que vai reunir-se com presidentes de comissões para garantir pontualidade

Comissões serão cobradas quanto ao cumprimento dos horários

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou quarta-feira que o senador Lauro Campos (PT-DF) teve inteira razão ao reclamar de reunião "extemporânea" da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizada na terça-feira ao meio-dia para apreciar pedido de rolagem da dívida pública do estado de San-

ta Catarina. Lauro Campos disse que, sistematicamente, a CAE tem-se reunido fora do seu horário normal, 10h30.

Antonio Carlos Magalhães antecipou que se reunirá com os presidentes das comissões para garantir o cumprimento dos horários.

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) cumprimentou o presidente da Casa e afir-

mou que "até hoje a CAE não se reuniu uma vez sequer nos dias e horas previamente estabelecidos".

Segundo o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a reunião da CAE que aprovou a rolagem da dívida de Santa Catarina "foi realmente extraordinária" e devidamente comunicada a todos os senadores que a integram.

Osmar condena assassinato de segurança em fazenda no Paraná

Senador manifesta opinião de que "o governo estadual deve ser responsabilizado. Afinal, sua omissão custou a vida de um ser humano"



Osmar Dias

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou na quarta-feira que "causa perplexidade e revolta" o assassinato do segurança José Lopes de Oliveira, da fazenda Borborema, em Tamarana (PR).

Segundo ele, a fazenda foi invadida no ano passado por trabalhadores sem-

terra, e a Justiça concedeu liminar de reintegração de posse, que no entanto não foi cumprida pelo governo do Paraná.

- O governo estadual deve ser responsabilizado. Afinal, sua omissão custou a vida de um ser humano. Esse crime manchou o Paraná de sangue - afirmou.



João Rocha

João Rocha sugere renegociação de dívidas rurais

O senador João Rocha (PFL-TO) afirmou que o segmento produtivo rural, apesar do seu excelente desempenho no cenário econômico, tem sido alvo de políticas governamentais desestimuladoras, e disse que é difícil o acesso ao crédito rural e que as condições de sua negociação são penosas.

João Rocha destacou que os brasileiros geram a própria tecnologia agrícola e são efetivamente competitivos na quase totalidade dos produtos originados no campo e agroindústria, frisando que os setores agrícola e agropecuário empregam 40% dos brasileiros e que a produção primária responde por mais de 40% do PIB.

O senador referiu-se especificamente aos problemas enfrentados pelo produtor de leite, que vem sofrendo com as importações subsidiadas na origem, e pelo estado do Tocantins, que tem acumulado prejuízos com a maior cheia de sua história.

João Rocha citou, entre as providências que, a seu ver, devem ser adotadas para o setor agrícola, o recálculo das dívidas dos produtores rurais; a renegociação dos débitos excedentes aos R\$ 200 mil securitizáveis, "em condições leais e pagáveis, sem acréscimo de índices e juros impraticáveis numa economia estável"; e a minimização, no setor, das importações subsidiadas.

- Em suma, respeitem e valorizem o trabalho e o esforço do agricultor, do produtor, do homem do campo. Graças a eles temos profusão de alimentos - concluiu João Rocha.

Suplicy lamenta falta de ação preventiva

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou "um ato condenável" o assassinato de José Lopes de Oliveira, segurança da fazenda Borborema, no norte do Paraná, atribuído, por um pedreiro que trabalhava na propriedade, a que invadiram o local.

Ele disse que assistiu às imagens da TV Bandeirantes que mostram a invasão à fazenda e registraram o disparo de um tiro que, possivelmente, causou a morte do segurança. Segundo afirmou, as ce-



Eduardo Suplicy

nas que pôde observar indicam que José Lopes de Oliveira se encontrava desarmado, "sem condições de defesa".

Suplicy garantiu que o Partido dos Trabalhadores

e o Movimento dos Sem-Terra condenam o ato que resultou na morte do segurança e concordam com a observação, do senador Osmar Dias, de que deveria "ter havido uma ação preventiva mais ágil, da parte do governo do Paraná e das autoridades federais, para evitar esse tipo de conflito".

Suplicy destacou entrevista de José Rainha, líder do MST, na qual afirma que "de maneira alguma há orientação do Movimento para promover tal tipo de violência".

Quintanilha solicita apoio para agricultores do TO

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) pediu o apoio do ministro da Agricultura, Arlindo Pôrto, para que, junto à bancada do estado, encontre uma solução para os débitos dos pequenos produtores rurais do Tocantins com os bancos oficiais.

Segundo o senador, as fortes chuvas que caíram no To-

cantins trouxeram grandes prejuízos aos produtores da região, porque eles perderam a maior parte de suas lavouras. Leomar Quintanilha informou que, de uma área de 67 mil hectares plantados, em 35 mil hectares a lavoura se perdeu, inviabilizando a expectativa de uma safra recorde.



Leomar Quintanilha

Para Josaphat, reeleição viola Carta

Na opinião do senador, a emenda é ilegítima do ponto de vista constitucional e político, além de versar sobre assunto "que não é de interesse coletivo, mas de poucos"

Quintanilha critica atos contra venda da Vale do Rio Doce

Leomar Quintanilha (PPB-TO) considerou quarta-feira uma "atitude de verdadeira barbárie" as manifestações contrárias à privatização da Companhia Vale do Rio Doce realizadas na terça-feira por estudantes, em frente à Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Para ele, as manifestações de opinião devem ser pacíficas, sendo "deplorável e lamentável o que estamos assistindo".

Quintanilha lamentou que as imagens tenham transmitido, não só ao povo brasileiro, mas ao mercado internacional que se encontra interessado na compra da Vale do Rio Doce, a "banalização" da violência no país, com a invasão de instituições, apedrejamento de veículos e agressões. "Custa crer que esses fatos ainda estejam acontecendo em nosso país", disse.

O senador destacou entrevista concedida pelo deputado Roberto Campos na qual mostra, em números, que, apesar de toda a eficiência e de faturar mais de R\$ 6 bilhões por ano, a Vale do Rio Doce tem problemas.

Ao discutir quarta-feira a proposta de emenda constitucional que permite a reeleição para cargos executivos, Josaphat Marinho (PFL-BA) fez a seguinte ponderação: "Ninguém viola um sistema constitucional impunemente, lembre-se disso o atual presidente da República. É a lição da História".

Na opinião do senador, a emenda da reeleição é ilegítima do ponto de vista constitucional e político, além de versar sobre assunto que "não é do interesse coletivo, mas do interesse muito limitado de alguns poucos". Ele disse que

muitas outras matérias teriam precedência, como a reforma tributária, sobre a qual "fez-se silêncio sepulchral", apesar da grave situação financeira de estados e municípios e de ser matéria de "absoluto interesse coletivo".

Josaphat Marinho considerou também que, com todas as estatísticas indicando que a situação do governo é excelente junto à opinião pública, não há por que temer a desincompatibilização, e sugeriu que o presidente concorra em pé de



Josaphat Marinho

igualdade com os demais candidatos. Que regime de igualdade é esse em que um permanece no poder, com seus privilégios, e outros têm que concorrer na planície?", questionou.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que seria muito importante que o presidente da República ouvisse as ponderações de Josaphat. Este, no entanto, destacou para Suplicy que, conforme foi noticiado pela imprensa, FHC não acompanha mais as sessões do Congresso Nacional.

Simon insiste na realização de referendo

"Em qual país democrata um presidente da República tem o poder de editar medidas provisórias às vésperas das eleições?" A pergunta foi feita

quarta-feira pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), durante o quarto dia de discussão da proposta de emenda constitucional que permite a reeleição para presidente, governadores e prefeitos.

Na opinião de Simon, é inaceitável um presidente



Pedro Simon

que se candidata à reeleição ter o poder de usar medidas provisórias, porque, se quiser, ele pode até mesmo mudar o rumo de uma eleição, dependendo do que informam as pesquisas eleitorais. "Nunca é demais lembrar que medida provisória vira lei no dia seguinte", disse.

- Nos Estados Unidos tem reeleição, mas não tem medida provisória. Nem os militares usam fazer isso no Brasil - assinalou. A solução, con-

forme o senador gaúcho, é o Congresso aprovar a emenda de sua autoria que determina a realização de um referendo para que o povo diga se concorda ou não com reeleição para presidente, governador e prefeito.

Simon pediu ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que envie a Fernando Henrique Cardoso o discurso pronunciado pouco antes por Josaphat Marinho (PFL-BA), que também tratou de reeleição.

Suplicy acha "equilibrado" juiz do leilão

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou quarta-feira em plenário a decisão do juiz Jorge Scartezzini, presidente em exercício do Tribunal Regional Federal com sede em São Paulo, que manteve a liminar suspendendo o leilão da Cia. Vale do Rio Doce. "Essa foi uma decisão equilibrada e importante", afirmou.

Dutra vê proposta "fulanizada e casuística"

José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, afirmou não estar convencido de que o princípio da reeleição representa uma evolução política e que, no caso da emenda constitucional em discussão no Senado, tem certeza de que ela é "fulanizada, casuística".

- Não fosse assim, não estaríamos discutindo reeleição quando há uma comissão especial no Senado tratando de uma ampla reforma política para o país -

argumentou.

Mesmo contrário à emenda da reeleição, Dutra defendeu que os senadores modifiquem "o monstro-trengo". Ele lembrou que o Senado, quando interessa ao governo, tem sido pressionado a não alterar as propostas de emendas constitucionais aprovadas na Câmara, como foi o caso da quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações, entre outras.



Dutra

Já a reforma previdenciária, observou, "como saiu da Câmara diferente do figurino do governo", transformou-se em exceção à regra, "que provavelmente não valerá para a reforma administrativa". Em aparte, Josaphat Marinho (PFL-BA) lembrou a Dutra que não é correto afirmar que a Constituição não prevê a reeleição presidencial, pois ela "a profere expressamente".

CAS aprova isenção fiscal a equipamentos para deficientes

O presidente da comissão, Ademir Andrade, destaca o alcance social do projeto, que ainda depende de deliberação do plenário

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou quarta-feira parecer favorável do senador José Alves (PFL-SE) a projeto de lei da Câmara dos Deputados que concede isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados e de Imposto de Importação a equipamentos e material educativo para deficientes físicos. A proposição já foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e agora será submetida ao plenário.

O presidente da CAS, senador Ademir Andrade (PSB-PA), destacou o alcance social do projeto, que beneficiará pessoas portadoras de deficiência física, sensorial e mental. No caso de transferência de propriedade ou uso do material comprado no Brasil ou no exterior, o projeto de-



Ademir Andrade preside a reunião da Comissão de Assuntos Sociais

termina que o primeiro proprietário deverá pagar, previamente, o imposto do qual foi isento.

Em caráter terminativo e com parecer favorável do senador Osmar Dias (PSDB-PR), a CAS também acolheu projeto do senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) que institui um seguro mínimo de R\$ 10 mil contra acidentes sofridos pelos peões que se apresentam em rodeios. Os beneficiários, segundo a proposta, poderão ser a própria vítima,

seus dependentes ou outras pessoas indicadas. A aprovação terminativa dispensa o exame da matéria pelo plenário da Casa, se não houver recurso nesse sentido.

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) relatou favoravelmente projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, de iniciativa da Câmara, estabelecendo que após as 18 horas será considerado como noturno o trabalho no campo. O projeto depende ainda de deliberação do plenário.

Microempresas e taxistas poderão ter crédito com recursos do FAT

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), aprovou quarta-feira substitutivo a projeto de autoria do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) que visa à abertura de uma linha de financiamento de R\$ 700 milhões para as micro e pequenas empresas, e de outra de R\$ 300 milhões para taxistas, com recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

A matéria teve como relator o senador Waldeck Or-

nelas (PFL-BA) e depende ainda de apreciação do plenário do Senado. Para viabilizar a medida, o projeto autoriza a alocação, em depósitos especiais remunerados na Caixa Econômica Federal (CEF), de recursos da disponibilidade financeira do FAT, no total de R\$ 1 bilhão. Caberia à Caixa operar as duas modalidades de crédito previstas no projeto.

A CAS aprovou também parecer favorável a projeto de lei da Câmara que regulamenta o exercício profissional do histotecnologista. Waldeck Ornelas também relatou esse proje-

to, destacando que, "por se tratar de uma profissão da área de saúde e implicar riscos para o paciente e para o profissional, deve-se agrupá-la com as demais atividades afins".

Ele observou que a proposição regulamenta as categorias de técnico em patologia clínica, técnico em histologia, técnico em citologia, técnico em hematologia, técnico em hemoterapia e auxiliar de laboratório. O projeto vai agora ao exame do plenário da Casa.

CPI vai ouvir empresa sobre trabalho infantil

A CPI mista que investiga denúncias sobre a exploração do trabalho da criança e do adolescente no país reúne-se na próxima terça-feira, às 10h, para ouvir exposição do diretor-superintendente da Empresa Brasileira de Estanho (Ebasa), Jairo Reis, e do presidente da Cooperativa dos Produtores e Garimpeiros de Ariqueques, Oscarino Lopes Filho. A comissão é presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

Senado lamenta morte de Eduardo Mascarenhas

A requerimento do senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), o Senado enviou condolências à Câmara e à família do deputado federal Eduardo Mascarenhas, que morreu de câncer na terça-feira (dia 29). Assim que foi aprovado o requerimento, o presidente Antonio Carlos Magalhães suspendeu a sessão de quarta-feira à tarde.

Para o senador Antonio Carlos Magalhães, Eduardo Mascarenhas merece todas as homenagens, pois se projetou como psicanalista e como deputado federal. "Foi um grande representante do povo fluminense", afirmou o presidente do Senado.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou que Mascarenhas, além de ter colaborado para a difusão da psicanálise no Brasil, trabalhou em programas contra o alcoolismo. "Com seus programas de televisão, Mascarenhas colaborou para que as pessoas vivam melhor." O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também destacou o trabalho de Mascarenhas.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA



Bernardo Cabral (C), presidente da CCJ, conduziu a audiência com Pires e Stephanes

CCJ faz debate sobre mudanças no sistema com Stephanes e Pires

Comissão dá continuidade à discussão sobre proposta de emenda que modifica o modelo previdenciário, a requerimento de José Eduardo Dutra

Novo debate sobre a reforma da Previdência reuniu quarta-feira na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o ministro da Previdência e Assistência

Social, Reinhold Stephanes, e o ex-ministro Waldir Pires.

Stephanes afirmou que um dos pilares da reforma é a justiça social, enquanto

Waldir Pires salientou que não é respeitado o orçamento para a Previdência. A proposta tem como relator o senador Beni Veras (PSDB-CE).

Ministro considera inadmissível a existência de aposentadoria especial

O ministro da Previdência e Assistência Social, Reinhold Stephanes, disse quarta-feira, em debate na CCJ, que um dos pilares nos quais se fundamenta a reforma previdenciária é a justiça social e a equidade entre as aposentadorias.

Esse princípio, conforme o ministro, "visa beneficiar principalmente o operário brasileiro e combater o corporativismo das classes que asseguram para si a maior parte dos recursos do INSS,

dificultando seu gerenciamento". Segundo afirmou, é inadmissível, tanto do ponto de vista econômico quanto ético e lógico, a existência de aposentadorias especiais, como a de membros de polícias militares, procuradores e professores universitários, que ultrapassam a casa de 80 salários mínimos, "quando trabalhadores recebem uniformemente no país apenas um salário mínimo".

Reinhold Stephanes ressaltou que a reforma proposta pelo governo pretende acabar

com essas e outras distorções, evitando as "chamadas aposentadorias precoces, detectadas em centenas de casos de aposentados com até 40 anos de idade, por conta do atual regime baseado no tempo de serviço". Ele explicou que o aumento das contribuições deverá criar as condições financeiras que permitirão ao Estado investir "nas prioridades que interessam ao cidadão quando este paga impostos".

Ex-ministro diz que recursos são suficientes

Na opinião do ex-ministro da Previdência Waldir Pires, primeiro conferencista da audiência pública promovida na quarta-feira pela CCJ, a Carta de 1988 já garante ao sistema previdenciário os recursos necessários para sua manutenção. Esses recursos, segundo explicou, são oriundos da receita de contribuições de trabalhadores, da Cofins e do próprio Orçamento da União.

Pires disse que, se faltam recursos para a Previdência, é porque tais verbas são mal empregadas ou vão para outros setores, além de serem objeto de fraudes, fato que, segundo frisou, deve ser avaliado para os ajustes necessários no modelo atual de seguridade.

- Os desvios por parte da administração pública de recursos destinados à Previdência pelo Orçamento são inadmissíveis - salientou o ex-ministro, ao condenar dispositivo da proposta de reforma de autoria do Executivo que estabelece, como principal fonte de recursos para a futura seguridade social do Brasil, o aumento do tempo de contribuição.

José Eduardo Dutra (PT-SE) defendeu uma reforma gradual da Previdência, a médio e longo prazos. Segundo ele, com novas regras para evitar distorções nas aposentadorias, os casos mais graves poderiam ser resolvidos nesse período, sem que os direitos adquiridos sejam feridos.

Ramez Tebet (PMDB-MS) também manifestou sua preocupação com o futuro dos aposentados, que podem ser prejudicados pelas medidas propostas pelo governo. Ele recebeu o apoio de Bernardo Cabral (PFL-AM), que, por sua vez, enfatizou a necessidade da realização de reuniões na CCJ visando a um consenso. Marluce Pinto (PMDB-RR) também participou dos debates.

Suassuna defende participação do Mercosul na formação da Alca

Bloco continental não será alcançado, segundo senador; se forem desprezados os blocos infra-regionais, como querem norte-americanos

Ney Suassuna (PMDB-PB) disse quarta-feira que o Mercosul e outros blocos econômicos do continente devem participar da constituição da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Ele também defendeu a necessidade da participação do Senado no processo de criação da Alca, com o envio de representantes à rodada de negociações entre os países interessados na formação do bloco, mar-



Ney Suassuna

cada para Belo Horizonte, este mês.

Na opinião de Suassuna, os Estados Unidos não querem negociar com o Mercosul porque, ao estabelecer conversações com os países, separadamente, "fazem prevalecer suas posições, como já fizeram com o acordo do Nafta".

Para o senador, a Alca não está sendo discutida para se tornar um mercado cativo dos EUA. O bloco continental, conforme afirmou, não será alcan-

çado se forem desprezados os blocos infra-regionais, como o Mercosul, o Grupo do Caribe, Pacto Andino, Grupo G-3, constituído por Colômbia, México e Venezuela, e o próprio Nafta.

Suassuna defendeu a posição do governo brasileiro e do Mercosul de começar as discussões para a construção do bloco pela facilitação de negócios, no sentido de criar condições para que as trocas comerciais sejam feitas sem prejuízo para os países com menor poderio econômico.



Abdias Nascimento

Abdias lembra desemprego no 1º de Maio

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) disse quarta-feira que o 1º de Maio deve ser visto como um alerta para o crescimento das injustiças e do desemprego no país, e não tão somente como um momento de homenagens ao trabalhador. Para ele, "a insensibilidade social do governo e as medidas econômicas ditadas pela globalização estão destruindo os parâmetros e conceitos sobre o trabalho".

Segundo o senador, a intenção do governo de acabar com a igualdade salarial entre funcionários públicos aposentados e em atividade, "além de penalizar injustamente os servidores públicos, funcionará como desestímulo à carreira pública, resultando na desagregação da máquina administrativa".

Outra conquista dos trabalhadores que está ameaçada é a contribuição sindical compulsória. Sem os meios econômicos necessários à sua manutenção o sindicalismo sofrerá um golpe mortal - acrescentou Abdias.

Marluce Pinto cobra implantação de zonas de livre comércio em Roraima

Marluce Pinto (PMDB-RR) pediu quarta-feira a aplicação da lei que cria as zonas de livre comércio em Roraima. Essa lei foi resultado de um substitutivo de autoria da senadora e, desde 25 de novembro de 1991, quando foi sancionada, "repousa nas estantes da burocracia estatal sem que se consiga a sua implantação".

Para a senadora, a região Norte está esquecida nos gran-

des projetos econômicos do país, e sobrevive "graças à garra e à determinação de um povo destemido e ousado". Ela afirmou que é "chegada a hora de se promover a ocupação sistemática e racional da região".

- Terras férteis e abundantes, fartos mananciais de águas, um clima favorável 12 meses por ano e com ocorrências regula-



Marluce Pinto

res de chuvas, a região Norte aguarda, apenas, a vontade política para que se promova, neste país, a maior revolução agrária jamais vista - disse.

Marluce Pinto fez referência ao encontro dos presidentes da Venezuela, Rafael Caldera, e do Brasil, Fernando Henrique, no último dia 11, em Boa Vista.

A SESSÃO DE QUARTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES E GERALDO MELO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
- Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Vareia e João Ribeiro

Veja no *Diário do Senado* a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.